Ano IX nº 93 – Novembro/Dezembro – 2014

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ENTREVISTA

Leonardo Bessa

"Toda estratégia de atuação conjunta é bem-vinda"

PÁGINA 15

Congresso Nacional aprova PLs que tratam dos subsídios dos membros do MP e da magistratura

Após intensa articulação da ANPT e das demais entidades de classe do Ministério Público e da magistratura, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, os Projetos de Lei (PLs) que revisaram, ainda que parcialmente, os subsídios dos membros da duas categorias foram aprovados. Os valores neles fixados devem começar a valer a partir de janeiro de 2015.

Página 3

Foto: Ascom/ANPT

Foto: Ascom/ANPT

ANPT promove o 26º ENPT

Florianópolis foi sede do evento, entre os dias 13 e 16 de novembro, que reuniu cerca de 500 pessoas, entre associados, familiares e convidados. O 26º ENPT propiciou estreitamento de laços entre os participantes e o congraçamento da categoria formada pelos membros do Ministério Público do Trabalho.

Páginas 9 a 11

PJE

Matéria é debatida no TST

Página 7

MP 656

ANPT posiciona-se sobre o tema

Página 8

Empossado novo procurador-geral do MPDFT

Tomou posse, dia 5 de dezembro, o promotor de Justiça Leonardo Bessa no cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Ele substitui Eunice Carvalhido, que ocupava o cargo desde 2010. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam a cerimônia, conduzida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no auditório MPDFT.

Comendas da Ordem do Mérito MPM 2014

Em alusão aos 94 anos da Instituição, comemorados no dia 30 de outubro, o Ministério Público Militar (MPM) realizou, dia 4 de novembro, a solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito Ministério Público Militar. Foram agraciadas com a medalha 58 personalidades que desenvolveram atividades relevantes em prol da instituição. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia, que condecorou, também, com a Insígnia da Ordem, os estandartes do 9º Distrito Naval, do Centro de Operações de Paz no Brasil e do Grupo de Transporte Especial da Aeronáutica.

Terceirização é tema de debate na Rádio Justiça

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 18 de novembro, de debate sobre terceirização, no estúdio da Rádio Justiça, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Na pauta da entrevista foram abordadas questões como o próprio conceito de terceirização, os motivos que levam à sua utilização e às consequências daí decorrentes, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, os reflexos em relação a importantes questões como acidentes de trabalho, as discussões atualmente existentes sobre o tema no Congresso Nacional e no STF, entre outras.

Além do presidente da ANPT, participaram do debate, também, o procurador Federal Fernando Maciel, máster em prevenção de riscos laborais pela Universidade de Alcalá (Espanha), o advogado da União e doutor em Direito Diogo Palau, o advogado trabalhista e professor universitário Cláudio Santos e o juiz do Trabalho Ivan José Tessaro, representando a Anamatra.

Foto: Jozimar Fernandes

Prêmio Anamatra de Direitos Humanos

A diretora de comunicação da ANPT, Heleny Ferreira de Araújo Schittine, participou dia 27 de novembro da entrega do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, edição 2014, promovido pela associação de juízes. A cerimônia aconteceu no Centro Cultural Justiça Federal, no Rio de Janeiro (RJ), e contou com a participação também de presidentes das Amatras, magistrados de diversas Regiões, entre outras autoridades. Além dos premiados, a Comissão de Direitos Humanos da entidade distinguiu entre os trabalhos aqueles que receberiam menções honrosas, pela relevância da iniciativa dentro da temática ampla dos direitos humanos (inclusive além do mundo do trabalho). Os escolhidos foram agraciados com uma placa de homenagem.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2014/2016**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Presidente

Ângelo Fabiano Farias da Costa
Vice-Presidente

Marcelo Adriano da Silva
Secretário-Geral

Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro
Diretora Financeira

Rafael Garcia Rodrigues
Diretor de Relações Institucionais

Ericka Rodrigues Duarte
Diretora de Assuntos Jurídicos

Helder Santos Amorim
Diretor de Assuntos Legislativos

Alice Nair Feiber Sonego Borner
Diretora de Assuntos Sociais e de Eventos

Heleny Ferreira de A. Schittine
Diretora de Comunicação

Márcia Bacher Medeiros
Diretora

Jeibson dos Santos Justiniano
Diretor

Celeste Maria Ramos M. Medeiros
Diretora

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão.
Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br,
Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

PLs dos subsídios dos membros do Ministério Público e da magistratura são aprovados no Congresso Nacional

O Congresso Nacional aprovou, dia 17 de dezembro, o Projeto de Lei (PL) 7918/2014, que trata da revisão do valor dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União (MPU), e o PL nº 7917/2014, que dispõe sobre os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam diretamente dos plenários, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, a apreciação, votação e aprovação dos PLs, inclusive com intensificação de contatos e articulações com parlamentares.

De acordo com o presidente da ANPT, a reposição dá-se apenas parcialmente, "o que, embora represente aumento não irrisório em relação ao que já estava previsto para janeiro – que só tinha garantia de 5%, e agora quase triplica, chegando a praticamente 15% de reposição –, apresenta-se em patamares inferiores ao que se vinha trabalhando e avançando nos últimos meses, razão pela qual estamos buscando empreender as medidas necessárias para garantir o cumprimento do que havia restado acordado, majorando esse valor tão logo seja possível, sem perder, contudo, o que já se conseguiu garantir".

Ainda durante as sessões de Plenário, foram aprovadas também as propostas de aumento dos salários dos deputados e senadores, da presidente e do vice-presidente da República e dos ministros de Estado.

TRAMITAÇÃO DOS PLS

A ANPT acompanhou e articulou a aprovação dos projetos desde o início de sua tramitação no Congresso. No dia 26 de novembro, por exemplo, os diretores da entidade acompanharam a aprovação das matérias na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara. Dias antes, o presidente da ANPT esteve reunido, juntamente com a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, e outros dirigentes de entidades do Ministério Público, com o líder do PDT na Câmara dos Deputados, deputado Felix Mendonça Filho (PDT-BA). O procurador-chefe do MPT na Bahia, Alberto Balazeiro, também participou da reunião. Na ocasião, eles articularam, entre outras questões, a aprovação dos projetos dos subsídios.

Os diretores acompanharam também a aprovação dos PLs, dia 5 de novembro, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados.

Presidente e vice-presidente durante a votação dos PLs no Plenário da Câmara

Dirigentes associativos com o senador Aécio Neves (PSDB-MG), no Plenário do Senado

Fotos: Ascom/ANPT

Grupo conversa com o senado Eduardo Amorim (PSC-SE)

Reunião com o deputado Felix Mendonça Filho (PDT-BA)

ANPT participa de sessão da Câmara em comemoração aos 20 anos do FNPETI

Foto: Ascom/ANPT

FNPETI comemorou 20 anos de atuação

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados promoveu, dia 27 de novembro, audiência pública em alusão aos 20 anos do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, participaram da sessão, que contou também com a presença de diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A secretária-executiva do FNPETI, Isa Maria Oliveira, afirmou, durante o evento, que será um retrocesso para o País se o Congresso aprovar proposições legislativas como as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 35/11, 18/11 e 274/13, que reduzem a idade mínima para o trabalho infantil. Ela destacou ainda que o Estado brasileiro tem que enfrentar o desafio de retirar 3,178 mil milhões de crianças que se encontram trabalhando em vários setores.

A diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Laís Abramo, por sua vez, afirmou que, apesar de o Brasil ser referência na área e ter retirado mais de cinco milhões de crianças em situação de trabalho infantil nos últimos 20 anos, a aprovação dessas PECs representam uma ameaça às convenções internacionais. "Isso seria um retrocesso e contrariaria a própria convenção da OIT que foi ratificada pelo Brasil", disse.

A deputada Flávia Morais (PDT-GO), que presidiu parte significativa da audiência pública, ressaltou que ainda hoje muitos pais acreditam que quanto mais cedo a criança trabalhar, mais estará preparada. "Nós que trabalhamos e convivemos com esse importante desafio sabemos que, ainda mais em alguns tipos de trabalho e da fase em que isso é imposto a uma criança, ele pode deformar e não formar. Por isso, o papel do fórum de mobilizar a sociedade é muito importante", completou.

A vice-procuradora-geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, o coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do MPT, Rafael Dias Marques, e os procuradores do Trabalho Antônio de Oliveira Lima, Leonardo Osório e Cláudia Telho também estiveram presentes na sessão.

ANPT acompanha trabalhos do Plenário do Senado e articula aprovação da PEC 63

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, estiveram, ao longo dos meses de novembro e dezembro, a exemplo do dia 5 de novembro, no Senado Federal, para acompanhar os trabalhos do Plenário daquela Casa Legislativa e articular a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013. A PEC institui a parcela de valorização por tempo de exercício na carreira dos membros do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário.

A matéria está pronta para votação em plenário desde setembro, sendo que, ante o quórum que se verificou nas últimas semanas de trabalho na Casa, não foram colocadas para apreciação e votação matérias que demandam um quórum qualificado. Em se tratando de PEC, seriam necessários pelo menos 49 votos para aprovação da matéria. "O que observamos é que até para votação de indicações de autoridades, como ministros de Tribunais Superiores, não estava havendo quórum confortável, o que levou o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a tratar da possibilidade de nem encerrar a sessão, mantendo-a suspensa até a semana seguinte. Sobre a discussão envolvendo emenda à Constituição Federal, o problema se torna ainda maior, razão pela qual não havia clima propício, de fato, para apreciação de matérias dessa natureza", afirmou o presidente da ANPT.

Ainda segundo Azevedo Lima, "apesar dessas dificuldades, temos verificado, por todos os contatos que temos mantido e reiterado, que os senadores têm reconhecido a relevância e a legitimidade do pleito veiculado por meio da PEC 63, que restabelece a própria noção de carreira em relação aos membros dessas instituições essenciais para o Estado Democrático de Direito, como o são o Ministério Público e o Judiciário", esclareceu.

ANPT e representantes de outras entidades de classe do MP no Senado

Foto: Ascom/ANPT

Seminário debate a proteção de crianças e adolescentes em formação profissional desportiva

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 1º de dezembro, da solenidade de abertura do seminário "O legado dos megaeventos e os direitos fundamentais: A proteção de crianças e adolescentes em formação profissional desportiva", no qual foram amplamente debatidas alternativas viáveis para a melhoria da Lei Pelé e a profissionalização segura dos jovens atletas no Brasil. O evento aconteceu em Campinas (SP) e teve como objetivo garantir a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito das relações jurídicas que permeiam o mundo do esporte.

As discussões do seminário foram conduzidas por atletas e ex-atletas profissionais, jornalistas, representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do UNICEF, do Ministério Público do Trabalho (MPT), Cnig, Ministério do Trabalho e Emprego, professores, procuradores, juízes, políticos e gestores internacionais de futebol. Além dos painéis, duas oficinas foram realizadas para a formulação de enunciados, diretrizes e propostas de atuação na "construção de um Pacto pela Proteção da Infância no Mundo da Formação profissional".

Durante a abertura do evento, o presidente da ANPT destacou a relevância dos debates que seriam ali travados, ainda mais ante a sistemática adotada, com participação efetiva de representantes dos mais variados segmentos envolvidos na temática. Ele enfatizou que situações graves, no que diz respeito a essa discussão, têm sido constatadas na atuação dos membros do MPT de todo o Brasil, inclusive chegando a situações até mesmo de tráfico de seres humanos, "nas quais pessoas inescrupulosas se valem da situação socioeconômica vulnerável de muitas famílias que, sem saber, acabam adentrando numa seara extremamente perigosa e, embora enxerguem inicialmente uma oportunidade, quase um ´bilhete premiado´, acabam por rumar em direção à porta do tráfico", ressaltou, destacando a relevância da conscientização da sociedade como um todo e, em especial, de todos que lidam com essa questão. O procurador citou em sua fala, inclusive, atuações exitosas desenvolvidas em parceria do MPT com clubes de futebol, que se comprometeram a ajustar suas respectivas condutas ao que preconiza o ordenamento jurídico.

Mesa de abertura do seminário contou com a presença da ANPT

Diversos atletas participaram de debates ao longo do evento

Foto: Ascom/MPT - Campinas

Trabalho escravo globalizado é tema de seminário na Câmara

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou, dia 26 de novembro, o seminário "Trabalho Escravo Globalizado – Desafios Brasileiros", promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. De acordo com o presidente da comissão, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o evento visa a debater a existência de trabalho escravo no Brasil e no mundo e as ações desenvolvidas para prevenir, combater e erradicar toda forma de exploração de trabalho forçado.

O seminário também discutiu as perspectivas trazidas com a aprovação da Emenda Constitucional 81, que determina a expropriação, sem direito a indenização, de imóveis nos quais se constate a exploração de mão de obra humana em condições análogas às de escravo.

Conatpa comemora mais de uma década de atuação

Em 2014, a Coordenadoria Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa), do Ministério Público do Trabalho (MPT), comemora mais de 10 anos de atuação. Para marcar a data, foi realizado no Rio de Janeiro o III Congresso Nacional de Direito Portuário e Aquaviário, entre os dias 2 e 3 de dezembro, assim como o lançamento de um livro sobre a atuação da coordenadoria desde sua fundação, o que ocorreu no encerramento do evento. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram das homenagens à Conatpa.

No encerramento do evento, na solenidade em que se homenageou a Conatpa e na qual aconteceu o lançamento do livro, o presidente da ANPT destacou a atuação dos membros da coordenadoria durante esses mais de 10 anos de "efetivo e destacado labor". Ele enfatizou que "embora possa parecer que a matéria da qual aqui se trata se mostra excessivamente específica, ela, em verdade, guarda relação muito clara e direta com diversas outras atuações prioritárias dos membros do MPT".

Azevedo Lima destacou, ainda, a relevância de projetos, como o Ouro Negro, desenvolvidos pela Conatpa ao longo dos últimos anos, por meio dos quais se tem otimizado ainda mais os resultados obtidos pela sua atuação, "assim como a imprescindível e contínua capacitação dos membros do MPT para melhor desempenharem seu mister nessa atuação voltada para um segmento econômico de indiscutível e cada vez maior relevância". Ele destacou, também, "a importância de se dar essa atuação sempre voltada para a união de esforços e para o trabalho interinstitucional, com participação efetiva de diversos atores, tais como a Marinha do Brasil, o Poder Judiciário, o Ministério do Trabalho e Emprego, as entidades sindicais e diversos outros parceiros imprescindíveis do MPT nessa atuação voltada para garantir condições dignas de trabalho nos setores portuário e aquaviário".

Encerramento do Congresso homenageou a Conatpa

Foto: Ascom/TRT-1

Além do presidente da ANPT, participaram da mesa de encerramento também o diretor da Escola Judicial do Rio de Janeiro, desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes; a conselheira do CSMPT Sandra Lia Simon, responsável pelo prefácio da obra lançada, uma vez que, à época em que era a procuradora-geral do Trabalho, foi a responsável pela criação da coordenadoria; o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo; e o coordenador nacional da Conatpa, Maurício Coentro Pais de Melo.

Codemat promove 16ª reunião nacional com a participação da ANPT

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 4 de novembro, da abertura da 16ª reunião nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do Ministério Público do Trabalho (MPT). O encontro aconteceu em conjunto com membros e analistas periciais, no auditório do MPT, em Brasília, nos dias 04 e 05 de novembro.

Em sua manifestação, Farias da Costa, após saudar os presentes, elogiou a iniciativa pioneira da coordenadoria em promover uma reunião conjunta entre procuradores do Trabalho e analistas periciais. De acordo com ele, esses profissionais exercem função de suma importância para a atuação do Ministério Público do Trabalho na defesa do meio ambiente do trabalho, sendo imprescindível essa interação entre os membros e os analistas periciais a fim de se buscar a implementação de melhorias na promoção da saúde e da segurança no trabalho.

Vice-presidente da ANPT durante a reunião da Codemat

Foto: Ascom/ANPT

Na oportunidade, o procurador ressaltou, também, a atuação da ANPT no acompanhamento de matérias atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Ele falou sobre a expectativa de se votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, que institui a parcela de valorização por tempo de exercício para os membros do Ministério Público e da magistratura, que está no Plenário do Senado. "Há um cenário favorável para a aprovação da PEC, em breve, no Senado. A ANPT está trabalhando em conjunto com as demais entidades de classe do MP e da magistratura para se buscar a aprovação desse projeto que visa a corrigir uma distorção hoje existente em nossas carreiras", disse.

O vice-presidente da ANPT falou ainda sobre a tramitação do Projeto de Lei (PL) n. 7918/2014, que se referia à revisão do valor dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União (MPU).

PJE da Justiça do Trabalho é tema de reunião no TST

No dia 5 de novembro, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, estiverem no Tribunal Superior do Trabalho (TST), para debater o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça do Trabalho. A reunião aconteceu com a desembargadora auxiliar da presidência e coordenadora nacional do PJe, Ana Paula Pellegrina Lockmann, bem como com a juíza auxiliar da presidência do TST Gisela Ávila Lutz, ambas responsáveis pela gestão do sistema em âmbito nacional.

A ANPT também encaminhou para o presidente do Tribunal, ministro Barros Levenhagen, uma relação dos principais problemas que foram relatados por membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o país em relação ao sistema. A entidade tomou por base, principalmente, a sistematização dessas questões que foi apresentada à ANPT pelo procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Alessandro Santos de Miranda.

O presidente da ANPT destacou que "a reunião com as coordenadoras do PJe foi muito produtiva, inclusive por favorecer um estreitamento maior de laços, imprescindível para que se busque avançar, cada vez mais, nessas tratativas que não têm outro escopo senão o aperfeiçoamento do sistema, com o que só tem a ganhar não apenas o MPT e a Justiça do Trabalho, mas, acima de tudo, a sociedade brasileira".

A coordenadora nacional do PJe se colocou à disposição da ANPT para que esses contatos se deem de maneira cada vez mais direta, sem qualquer burocracia, tendo por objetivo o alcance de soluções céleres para os problemas verificados. Foi também esclarecido por ela que se está elaborando uma nova versão do PJe, a qual deve ser disponibilizada em breve, tratando, de maneira destacada, da questão da interoperabilidade entre as plataformas da Justiça do Trabalho e do MPT.

Entre os problemas destacados pela ANPT em relação ao sistema estão a falta de aviso ou outro mecanismo de notificação a respeito dos processos disponibilizados eletronicamente às Procuradorias, mediante confirmação do Tribunal de recebimento pelo *Parquet* das intimações eletrônicas; falha no encaminhamento de intimações por inconsistências no sistema PJe; necessidade de melhorar a interface do sistema, entre outros.

Procuradores e magistrados da Justiça trabalhista da 10ª Região reúnem-se em Brasília

Foi realizado, dia 5 de dezembro, o XIV Encontro de Magistrados e Procuradores da Justiça do Trabalho da 10ª Região, com o objetivo de discutir temas relevantes para os membros de ambas as carreiras e promover a interatividade e maior integração entre os participantes. O presidente da ANPT, que é uma das entidades apoiadoras do Encontro, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a diretora financeira da Associação, Ana Cláudia Monteiro, participaram do evento.

Em sua manifestação durante a solenidade de abertura do Encontro, Azevedo Lima saudou os participantes e destacou a relevância de se manter a tradição de realização do encontro de juízes e procuradores do Trabalho, nada obstante se observe uma diminuição dessa prática em várias partes do País. "Espero que consigamos estimular essa prática, porque ela é de inegável importância e esses eventos servem não só para a discussão e aprofundamento efetivo de teses e debates sobre questões relacionadas à nossa atuação cotidiana, mas também para o estreitamento de laços entre os membros do MPT e da magistratura", disse.

Sobre a programação do evento, o presidente da ANPT destacou o quão oportuna se mostra a discussão de questões referentes à saúde mental no trabalho e ao assédio moral organizacional, que, de acordo com o procurador, são relacionadas não apenas ao meio ambiente de trabalho, mas diretamente também à promoção da igualdade nas relações laborais que, de acordo com ele, é absolutamente aniquilada em um local com assédio moral organizacional e com condições de trabalho, mormente em se tratando de saúde, inadequadas. "Sabemos, por outro lado, que a violência não se manifesta somente na forma física. Ela pode acontecer também de maneira disfarçada, inclusive por meio de palavras, gestos e comportamentos em geral, levando a adoecimentos e outras situações ainda mais graves, de modo que os temas que serão abordados neste seminário também se mostram relevantes no combate à violência nas relações de trabalho", completou.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT durante a abertura do encontro

Azevedo Lima destacou, ainda, a importância do apoio das entidades de classe, como a ANPT e a Amatra-10, para a realização de eventos como este. "As entidades de classe, embora desempenhem intenso trabalho na defesa dos interesses mais diretos de seus associados, não podem deixar de lado as questões que se relacionam com toda a sociedade. A nossa atuação ultrapassa, e muito, o que alguns rotulam de 'questões corporativas'. Que possamos sair daqui, portanto, ainda mais municiados para nossa atuação na defesa e na promoção dos direitos sociais", concluiu.

Além do presidente da ANPT, compuseram a mesa de abertura do evento o procurador-chefe da PRT-10, Alessandro Santos, o juiz Luiz Fausto Marinho de Medeiros, representando a Diretoria do Fórum Trabalhista de Brasília-DF, e o diretor da Amatra-10 Cristiano Siqueira de Abreu e Lima.

MP 656 é debatida com presidente da Comissão Mista instituída no Congresso para discussão da matéria

Foto: Ascom/ANPT

Deputado recebeu a nota técnica da ANPT sobre a MP 656

No dia 9 de dezembro, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram reunidos com o presidente da Comissão Mista instituída no âmbito do Congresso Nacional para discutir a Medida Provisória (MP) n. 656, de 7 de outubro de 2014, deputado Afonso Florence (PT/BA). A referida MP trata da redução de alíquotas de diversos tributos, prorroga benefícios e, entre outras questões, cria o chamado princípio da concentração de dados nas matrículas dos imóveis.

De acordo com o presidente da ANPT, a principal preocupação da entidade dizia respeito ao fato de a previsão de total eficácia em relação aos atos jurídicos imobiliários cujas eventuais restrições não tenham sido previamente registradas ou averbadas na matrícula do imóvel poder inviabilizar a aplicação dos institutos da fraude contra credores e da fraude à execução. Isso, segundo ele, impediria, por exemplo, que medidas constritivas sejam adotadas em Ações Civis Públicas em que se desconhece, quando de sua propositura, eventual patrimônio imobiliário dos réus que ostentem origem ilícita e que, diante das novas balizas legais, poderão ser dissipados no curso da ação (e enquanto permanecerem desconhecidos), em grave prejuízo à sociedade e ao Estado Democrático de Direito.

"Na seara laboral, a situação se mostra ainda mais grave, tendo em vista a grande possibilidade de esse dispositivo legal ser utilizado como mais uma ferramenta para ´blindar´ o patrimônio dos fraudadores da legislação trabalhista", disse. Ele afirmou também que essa possibilidade é ainda muito maior e os prejuízos infligidos a um número cada vez maior de trabalhadores, vítimas dessas fraudes verificadas na atuação cotidiana dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). "Nós reconhecemos, evidentemente, a relevância de se conferir maior segurança jurídica, principalmente para os terceiros adquirentes de boa fé, mas há de serem adotadas as cautelas necessárias para que possamos barrar os intuitos fraudatórios", enfatizou o presidente da ANPT.

Nesse sentido, Azevedo Lima ressaltou a necessidade de que seja excepcionado do princípio da concentração de dados nas matrículas dos imóveis aquelas situações jurídicas em que o conhecimento acerca da existência de patrimônio imobiliário passível de constrição judicial somente se tornou possível no curso de ação ou execução judicial.

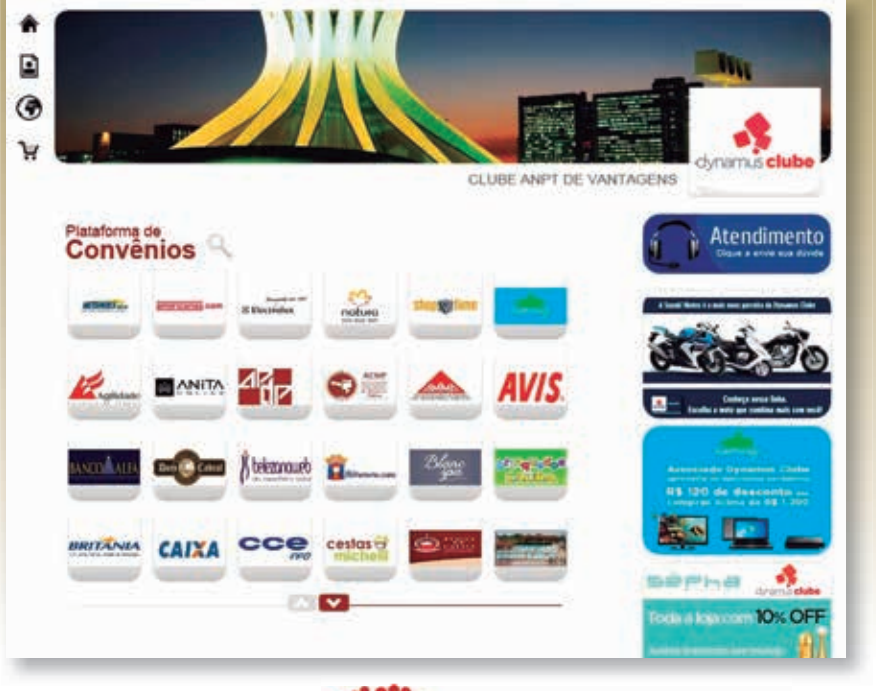
A Nota Técnica produzida pela ANPT sobre a matéria também foi entregue a todos os senadores e deputados que integraram, seja como titulares ou como suplentes, a Comissão Especial criada para tratar especificamente da aludida Medida Provisória.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço ***www.anpt.org.br***, e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.



SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1108 11° andar
Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho reúne centenas de participantes em Florianópolis

Foi promovido, entre os dias 13 e 16 de novembro, o 26º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), este ano realizado em Florianópolis (SC). O evento, idealizado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) reuniu cerca de 500 pessoas, entre associados da entidade, familiares e convidados e teve entre os seus objetivos proporcionar estreitamento de laços entre os participantes e o congraçamento da categoria formada pelos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Durante a cerimônia de abertura do 26º ENPT, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou a satisfação da entidade em promover mais uma edição do Encontro Nacional, que, de acordo com ele, tem um perfil mais peculiar, voltado para atividades de congraçamento. "Nos últimos anos, temos realizado ENPTs nas mais variadas regiões geográficas do país, de norte a sul, com participação de membros da instituição originários de todas as unidades federativas", disse.

O procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, assim como a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina, Ângela Cristina Santos Pincelli, também se pronunciaram na solenidade de abertura, saudando todos participantes do evento.

Compuseram a mesa de honra da solenidade de abertura, ainda, o senador da República Eduardo Amorim, o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representante do MPT no CNMP, Jeferson Luiz Pereira Coelho, os também conselheiros do CNMP Cláudio Henrique Portela do Rego, Walter de Agra Júnior e Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, o procurador-geral de Justiça do estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, desembargador Edson Mendes de Oliveira, a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, o presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Giovanni Rattacaso, e o diretor de prerrogativas da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), juiz Helder Teixeira de Oliveira. Os ex-presidentes da ANPT Regina Butrus, Sebastião Vieira Caixeta e Fábio Leal Cardoso também participaram de toda a programação do 26º ENPT.

Fotos: Ascom/ANPT

Abertura do 26º ENPT

Cerca de 500 pessoas participaram do evento

Assembleia debate temas de interesse da categoria e escolhe Bahia como sede do próximo ENPT

Foto: Ascom/ANPT

Assembleia geral da categoria

Na sexta-feira, 14 de novembro, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária do 26º ENPT. Na pauta de assuntos tratados estavam a apreciação da prestação de contas da ANPT dos meses de julho, agosto e setembro/2014 e do parecer do Conselho Fiscal, algumas informações atualizadas acerca da atuação da Entidade em temas de interesse da categoria, assim como a definição da cidade que abrigará o 27º ENPT, que será promovido em 2015.

Após a leitura do parecer favorável, sem qualquer ressalva, do Conselho Fiscal, e da aprovação à unanimidade das contas da entidade pela categoria, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, discorreu, de forma detalhada, acerca de uma série de temas acompanhados pela entidade no Congresso Nacional e no Conselho Nacional do Ministério Público, entre outros fóruns. Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013.

Sobre este assunto, o procurador destacou que a matéria está pronta para votação em plenário desde setembro. O procurador falou ainda sobre o trabalho de articulação constante no Congresso em prol da aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que reajustariam os subsídios dos membros do MP e da magistratura (aprovados em dezembro por ambas as casas legislativas).

O presidente da ANPT destacou também algumas questões sobre o pagamento de ajuda de custo para moradia, pagamento de créditos pretéritos alusivos a ajuda de custo para remoção e gratificação por exercício cumulativo de ofícios, com considerações sobre a regulamentação de tal exercício.

Por fim, os participantes do 26º ENPT votaram e escolheram a Bahia como a primeira opção para abrigar o 27º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho, que acontecerá no segundo semestre de 2015. Como segunda opção, caso não seja possível promover o evento no Estado que obteve maior número de votos, o Encontro poderá se realizar em Pernambuco.

Prêmio Evaristo de Morais Filho é entregue na cerimônia de abertura do 26º ENPT

Foram revelados, na cerimônia de abertura do 26º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), os vencedores do Prêmio Evaristo de Morais Filho, categoria melhor trabalho doutrinário. Ele tem a finalidade de premiar e incentivar a produção doutrinária dos membros do Ministério Púbico do Trabalho (MPT).

"Mais médicos, menos direitos: Crônicas de um projeto precarizante", este foi o tema do trabalho vencedor, de autoria do procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta. A diretora de assuntos sociais e eventos da ANPT, Alice Nair Feiber Sonego, entregou a medalha de primeiro colocado.

Em segundo lugar foi classificado o procurador do Trabalho Tiago Muniz Cavalcanti, pela obra "O trabalho escravo entre a arte e a realidade: a necessária superação da perspectiva hollywoodiana". Ele recebeu o prêmio das mãos da diretora financeira da ANPT, Ana Cláudia Monteiro.

Já em terceiro lugar, com trabalho conjunto, cujo tema foi "Trabalho escravo: reflexões sobre a responsabilidade na cadeia produtiva" foram agraciados os procuradores do Trabalho Ana Elisa Alves Brito Segatti, Dirce Trevisi Prado Novaes, Christiane Vieira Nogueira, João Filipe Moreira Lacerda Sabino e Mariana Flesch Fortes. Na ocasião, eles foram representados pela sub-

Atividades desportivas integraram a programação do 26º ENPT

Fotos: Ascom/ANPT

Ao longo da programação do 26º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), os participantes do evento tiveram a oportunidade de disputar os campeonatos de tênis e de futebol, além da caminhada/corrida na praia. A premiação dos vencedores aconteceu na festa de encerramento do 26º ENPT.

Na sexta-feira, os times disputaram quem seria o vencedor do tradicional campeonato de futebol. Após um torneio acirrado, com direito a prorrogação, o time amarelo levou a melhor, conquistando a medalha de primeiro colocado, após fazer 4 gols, ficando o time azul em segundo lugar.

Já no campeonato de tênis, após horas de disputa, o procurador do Trabalho Omar Afif sagrou-se campeão, ganhando a medalha de primeiro colocado. Ele interrompeu uma sequência de vários anos de invencibilidade do procurador do Trabalho Odracir Recht, que ficou com a segunda colocação. No próximo ENPT, a disputa prometer ser ainda mais acirrada.

Na manhã de sábado, os participantes do ENPT aproveitaram o sol e a praia de Santinho para participar da corrida/caminhada. Eles fizeram um percurso de cerca de 4 km.

Time amarelo foi o vencedor da competição

Time azul ficou em segundo lugar

Caminhada/corrida na praia

Campeonato de tênis

Fotos: Ascom/ANPT

Primeiro colocado, Sebastião Vieira Caixeta

Segundo colocado, Tiago Muniz Cavalcanti

Sandra Lia Simón recebeu a medalha em nome dos terceiros colocados

procuradora-geral do Trabalho, e conselheira do Conselho Superior do MPT, Sandra Lia Simón, que recebeu o prêmio das mãos do diretor de assuntos legislativos da ANPT, Helder Santos Amorim.

Compuseram a comissão julgadora do Prêmio o procurador regional do Trabalho Francisco Gerson Marques de Lima e os procuradores do Trabalho Lorena Vasconcelos Porto e Paulo Isan Coimba da Silva Junior.

ANPT debate o papel do MPT na inclusão social

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 20 de novembro, do painel "Inclusão social e trabalho", promovido no âmbito da programação do I seminário do projeto "Trabalho de Todos", em Campina Grande-PB. O eixo principal de abordagem do procurador foi "o papel do MPT na inclusão social".

Solenidade de abertura do evento

Fotos: Ascom/MPT-PB

Azevedo Lima ressaltou, logo no início de sua manifestação, que, ao contrário do que parece para muitas pessoas quando se trata desse tema, a matéria não se esgotaria em questões como acessibilidade e outras correlatas, "inquestionavelmente importantes, mas o tema da inclusão social, mormente aquela inclusão promovida por meio da atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho, tem uma abordagem muito mais ampla", disse.

Segundo ele, há de se atentar, quando se trata da garantia de condições dignas de trabalho, para o que consta da pauta da chamada "agenda do trabalho decente", abordada inclusive pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, em Conferência realizada ainda em 1998, destacou algumas questões "cuja observância se mostra imprescindível, como o combate ao trabalho em condições análogas às de escravo, a proibição do trabalho de crianças e a regulamentação restritiva do trabalho de adolescentes (quando possível este) e a promoção de igualdade nas relações de trabalho".

Ainda de acordo com o presidente da ANPT, "embora essas questões, ao lado da promoção da liberdade sindical, sejam as que são tratadas como prioritárias pela OIT, não há como se olvidar que outros temas, como a garantia de condições adequadas de trabalho, com respeito às normas de saúde e segurança laboral, assim como a garantia de proteção social e previdenciária, também devem compor o chamado ´piso mínimo social´. Ele deve ser ofertado a todos os trabalhadores em caráter universal, na linha de toda a doutrina dos Direitos Humanos, reconhecidos a todas as pessoas pelo simples fatos de serem humanas, o mesmo se aplicando, com relação às questões mencionadas, nas relações de trabalho, que, não há como se deixar de reconhecer, representam um microcosmo das relações humanas".

O procurador discorreu detalhadamente sobre a gravidade da constatação de existência, ainda hoje, de flagrantes discriminações nas relações trabalhistas, seja por razões de gênero, idade, raça, por se tratar de portador de doença grave (a exemplo de portadores de HIV), orientação sexual, religiosa, ou por qualquer outra razão que afronte o princípio da igualdade. "Essa igualdade não pode residir tão somente no plano formal, urgindo sua garantia de maneira efetiva, concreta", disse.

Ele também teceu considerações sobre o fenômeno da terceirização e as tentativas que se vem constatando, seja no Judiciário ou no próprio Legislativo, de se ampliar ao máximo suas hipóteses. Para o procurador, essa atitude representa, em última análise, desigualdade flagrante, já que, segundo ele informou aos presentes, os trabalhadores terceirizados, ainda que com níveis de escolaridade semelhantes, trabalham mais, ganham menos, têm maior rotatividade e estão sujeitos a muito mais acidentes laborais que os trabalhadores contratados de forma direta, conforme atestam estatísticas e inúmeros estudos produzidos ao longo dos últimos anos, "sendo muito importante que se atente para os impactos sociais da terceirização".

ABERTURA DO EVENTO

Na quarta-feira, 19 de novembro, o presidente da ANPT participou também da solenidade de abertura do seminário, realizado no teatro da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa). Na ocasião, ele ressaltou a relevância do evento, ainda mais do contexto em que ele se realizava, em mais uma etapa do projeto "Trabalho de Todos", o qual tem enorme preocupação com a promoção da cidadania dos trabalhadores do Estado da Paraíba, o que ganha contornos especiais em se tratando de Campina Grande e região, dada a importância da cidade para o Estado, para o Nordeste e para todo o Brasil, como verdadeiro pólo industrial e tecnológico.

Evento foi realizado em Campina Grande

Prêmio MPT de jornalismo é entregue com a presença da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Solenidade de premiação aconteceu em Brasília

Foi realizada, dia 11 de dezembro, a cerimônia de entrega do Prêmio MPT de jornalismo, que tem como público-alvo aqueles profissionais que retratam a investigação e a denúncia de irregularidades e fraudes contra os direitos sociais e os trabalhadores em geral. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da solenidade. Os recursos para financiamento desta primeira edição do Prêmio resultaram de uma Ação Civil Pública, da 11ª Vara do Trabalho do Recife, ajuizada pelo procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendonça.

Para o presidente da ANPT, o prêmio cumpre uma função relevantíssima. Segundo ele, "a aproximação da instituição com a sociedade é essencial, e seguramente não poderíamos ter meios mais adequados, pertinentes e eficientes para esse desiderato que os veículos de comunicação e, mais precisamente, os jornalistas, levando à população o conhecimento acerca da gravidade das situações combatidas por meio da atuação dos membros do MPT, inclusive para que saibam a quem e como denunciar, bem como para que se busque adotar, também, medidas preventivas para que a triste realidade atualmente constatada comece a ser, efetivamente, modificada".

Na abertura do evento, o coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), procurador Regional do Trabalho José de Lima Ramos Pereira, ressaltou que a realização do Prêmio tem muito a ver com a ideia lançada na ACP proposta por Leonardo Mendonça. "A ideia do Prêmio foi trazer, aproximar a mídia como grande parceira do Ministério Público como um todo, não só do MPT. Essa aproximação é salutar. Ninguém esta fazendo campanha ou propaganda pessoal, nem sequer do MPT", ressaltou.

O procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo de Melo, por sua vez, disse que "o que nós queremos é que o MPT, o verdadeiro Ministério Público social, o MP que tem em seu cotidiano o conflito social, o conflito entre o capital e trabalho, seja conhecido não para propaganda, mas para que possamos continuar bem servindo à sociedade e cada vez melhor. Na medida em que a sociedade conhece cada vez mais a nossa instituição, mais nós seremos devotados e estaremos cumprindo a determinação do legislador constituinte de 1988".

*Confira na página eletrônica da ANPT os vencedores do prêmio.

ANPT participa de reunião do conselho deliberativo da Conamp

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam, dia 9 de dezembro, a VIII reunião ordinária do conselho deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). A participação da ANPT se deu a convite da presidente da Conamp, Norma Angélica Reis Cavalcanti. Na pauta de assuntos tratados estavam temas como os desdobramentos do auxílio-moradia e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, que institui a parcela de valorização por tempo de exercício na carreira dos membros do Ministério Público (MP) e do Poder Judiciário.

Com relação ao auxílio-moradia, o presidente da ANPT, manifestando-se durante a reunião, destacou a imprescindibilidade de as entidades de classe buscarem resguardar os interesses, também, dos membros ainda não abrangidos pela recente resolução editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o tema, em especial as situações dos associados que são casados com outros membros que percebem a verba, sejam seus cônjuges do Ministério Público ou do Poder Judiciário, e, também, a questão atinente aos associados aposentados. "Não podemos esquecer da relevância de adotarmos todas as providências cabíveis para garantir a paridade entre os membros da ativa e os colegas aposentados", enfatizou Azevedo Lima.

Diversos outros temas, como a possibilidade de conversão em pecúnia de licença-prêmio, posicionamento uníssono e enfático das entidades contra ataques que vêm sendo dirigidos ao Ministério Público com o objetivo de enfraquecer a instituição e seus membros, acompanhamento de proposições legislativas de interesse de toda a classe, entre outras questões, foram debatidas durante a reunião, com a participação da ANPT em todos esses debates.

ANPT debateu matérias de interesse dos membros de todo o Ministério Público Brasileiro

Foto: Ascom/ANPT

CSMPT debate temas de interesse dos membros da categoria

Em sessão realizada dia 04 de novembro, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), colegiado no qual a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) tem assento e voz assegurados regimentalmente, debateu diversos temas de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). Entre eles, a fixação dos ofícios no âmbito da instituição, inclusive para fins de cumprimento da legislação que trata do estabelecimento de gratificação pelo exercício cumulativo de ofícios, da possibilidade de reversão de membros aposentados, da aprovação do cronograma das correições ordinárias a serem realizadas em 2015, da alteração de normas sobre o concurso para ingresso na carreira de membro do MPT, entre outras matérias. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da sessão, representando a entidade.

Quanto à Portaria editada que trata dos ofícios, foram apresentados esclarecimentos detalhados pelo procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, além de diversas questões a respeito do assunto terem sido abordadas pelos demais conselheiros. Encontra-se em tramitação, no próprio CSMPT, proposta de regulamentação da matéria, a qual deverá ser objeto de apreciação na próxima sessão.

A matéria já havia sido levada ao CSMPT pela ANPT, a qual pleiteou, no primeiro semestre desse ano, a regulamentação do exercício cumulativo de ofícios no âmbito do MPT, a fim de viabilizar o pagamento da gratificação que viria a ser criada posteriormente pela lei, tendo sido, no âmbito do MPT, instituída uma Comissão –formada pelos subprocuradores-gerais do Trabalho Eliane Araque, Maurício Correia de Mello e André Luis Spies – para tratar da temática. A vice-procuradora-geral do Trabalho também integrou a Comissão instituída no âmbito do MPU, com participação de representantes dos quatro ramos, já tendo a ANPT, antecipadamente, apresentado essas preocupações e considerações preliminares também a tal Comissão do MPU.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT apresentou as suas considerações a respeito da regulamentação do exercício cumulativo de ofícios

Segundo a entidade, ante a nova legislação, faz-se necessária a alteração de alguns dispositivos da Resolução n. 86, do CSMPT, para melhor compatibilização com a lei, as quais também forma apresentadas pela ANPT como sugestão aos membros do CSMPT.

PGR realiza Conferência Internacional de Combate à Corrupção

Foi realizada, dia 9 de dezembro, Dia Internacional Contra a Corrupção, a Conferência Internacional de Combate à Corrupção, na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. Organizado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), que trata do tema do combate à corrupção, e pela Secretaria de Cooperação Internacional da PGR, o evento teve por objetivo discutir com a comunidade estrangeira estratégias de combate à corrupção. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou da solenidade de abertura da conferência.

De acordo com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o País não tolera mais a corrupção e a desfaçatez de alguns maus agentes públicos e maus empresários. Ele evidenciou, ainda, os avanços do Brasil no combate à corrupção, com o fortalecimento das instituições, mas reafirmou a necessidade de trabalhar ainda mais. "A tarefa ainda é imensa: nosso país padece de vícios graves em seu processo de desenvolvimento. Queremos ir muito além do que fizemos até aqui. Queremos ter uma atuação profissional, coordenada e orientada por visões claras de estratégias e táticas", disse.

Além dos dirigentes da ANPT, participaram da Conferência diversos outros membros do Ministério Público brasileiro e de Ministérios Públicos da Europa, da Ásia, da África e de outras partes da América, além de ministros de Estado, conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), magistrados, representantes de organizações diplomáticas, organismos internacionais e da sociedade civil em geral. O evento também teve em sua abertura a apresentação da Campanha Publicitária de Combate à Corrupção da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (Aiamp) e o lançamento do Portal de Combate à Corrupção do MPF.

ANPT presente no evento

Procurador-geral da República durante seu pronunciamento

Fotos: Ascom/ANPT

ENTREVISTA

Foto: AI - PGJ

“É preciso fortalecer ações voltadas à prestação de serviços públicos essenciais, como a saúde, a educação e o transporte coletivo”

O novo procurador-geral de Justiça do MPDFT, promotor Leonardo Roscoe Bessa, fala sobre a necessidade de diálogo entre as instituições e ressalta que o trabalho em conjunto beneficia a todos, principalmente à sociedade. Confira.

Quais os principais desafios que se apresentam nesse início de gestão à frente de um dos ramos do MPU e em que pilares pretende basear sua administração?

Internamente, um dos grandes desafios é a regulamentação e a implementação da Lei 13.024/14, que “institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências”. Tal iniciativa propiciará mais estabilidade ao Promotor de Justiça Adjunto e assegurará melhores resultados no exercício de suas atribuições.

No âmbito externo, é preciso fortalecer ações voltadas à prestação de serviços públicos essenciais, como a saúde, a educação e o transporte coletivo. Naturalmente, o MPDFT deve continuar trabalhando de forma efetiva em todas as frentes de atuação. O momento exige atenção especial para essas três áreas, que concentram hoje os principais problemas do Distrito Federal. Por isso, vou fortalecer a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e criar, inclusive, um núcleo que será responsável pelo acompanhamento da gestão dos recursos orçamentários no DF.

Em sua solenidade de posse, seu discurso ressaltou bastante a necessidade de se aprimorar o diálogo com todos os segmentos sociais e de fortalecer relações com outros órgãos públicos. Por que e quais fatores precisam ser reavaliados no âmbito das relações institucionais?

Primeiro é preciso ressaltar que o estímulo ao diálogo não deve ser entendido como renúncia à independência funcional. Penso que, tanto a Promotoria quanto a Procuradoria, antes de levar uma discussão ao Judiciário, precisa tentar uma solução alternativa, que é o diálogo. O primeiro passo não deveria ser o ajuizamento de uma ação, mas sim a busca de soluções por meio da conciliação, quando possível. Não se deve excluir, é claro, a via Judicial, que é uma atribuição constitucional do Ministério Público, até porque, em alguns casos, a lei não permite uma solução conciliadora. Mas em vários momentos, a judicialização pode ser o caminho mais longo e menos efetivo. Outro aspecto importante é que a aproximação com outros órgãos públicos deve estar focada no fortalecimento de iniciativas voltadas a interesses sociais, que resultem em maior agilidade e na otimização de recursos financeiros e de pessoal.

Considerando que os membros do MPT atuam na defesa e na promoção dos direitos sociais, nos mais variados segmentos, como avalia a possibilidade de desenvolvimento de estratégias conjuntas voltadas para a otimização dos resultados a serem obtidos em benefício de toda a sociedade?

Toda estratégia de atuação conjunta é bem-vinda, sempre que houver uma área comum de atuação entre o MPDFT e o MPT. Conforme disse anteriormente, a união de esforços propicia a redução de tempo e diminui os custos financeiros. Quem ganha com isso é a sociedade, em primeiro lugar. Há vários exemplos de ações realizadas pelas duas instituições que foram realmente bem sucedidas. Mais recentemente, posso citar a busca de uma solução conciliadora para a greve do transporte público no DF. Juntos, MPT e MPDFT convocaram representantes do GDF, do Sindicato e da empresa de transporte coletivo. Após diversas reuniões, chegou-se a uma solução. A estratégia inicial era tentar uma conciliação, depois foi preciso endurecer. Mas o fato é que a população do DF pode contar com o auxílio do Ministério Público para assegurar a prestação de um serviço essencial ao cidadão. Essa parceria acontece em diversos segmentos e deve ser estimulada, principalmente na defesa e na promoção dos direitos sociais. Se há uma convergência de objetivos, nada mais certo que trabalhar em conjunto.

As entidades de classe, a exemplo da ANPT, têm desenvolvido uma atuação que ultrapassa a defesa dos interesses por alguns rotulados de “meramente corporativos”. A respeito dessa atuação em parceria com as Associações, como vislumbra a possibilidade de estabelecer laços ainda mais estreitos?

As entidades de classe, invariavelmente, possuem interesses em comum com o Ministério Público. Quando isso ocorre, é preciso agir de forma articulada, principalmente se a iniciativa resultar em fortalecimento institucional. Naturalmente, é necessário distinguir as ações de cunho meramente corporativo e as que estão realmente voltadas aos interesses da instituição Ministério Público. O esforço voltado à rejeição da PEC 37, por exemplo, não pode ser atribuído a um único órgão ou instituição. Foi uma mobilização nacional, que reuniu o Ministério Público brasileiro, as associações de membros e servidores e ganhou o apoio da sociedade em torno de uma proposta que restringia o poder de investigação do MP.

Associações do Ministério Público divulgam nota contra a PEC 457/14

Em nota à imprensa, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) manifestaram-se contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 457/2005, que busca elevar a idade de aposentadoria compulsória no serviço público de 70 para 75 anos.

De acordo com o texto, a despeito do aumento da expectativa de vida – a partir da segunda metade do século XX –, a proposta implica graves prejuízos ao interesse público e às carreiras do Ministério Público e do Judiciário, em virtude de diversos fatores. Entre eles, os representantes das entidades de classe destacaram a tendência à estagnação da jurisprudência dos tribunais brasileiros, o engessamento das carreiras, em virtude da possibilidade oferecida pela proposição de longa e desproporcional permanência dos membros do Judiciário nos órgãos de cúpula e dos membros do Ministério Público que atuam perante esses órgãos.

Além disso, é destacada também a possibilidade de – ao contrário do que se defende – aumento das despesas com a previdência pública, em virtude do fomento às aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição, diante da perspectiva negativa de ascensão na carreira, os obstáculos ao desenvolvimento gerencial dos órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público. Para eles, o alongamento em mais cinco anos do exercício na carreira impediria a renovação da administração pública, das rotinas processuais das varas, dos Tribunais, dos Tribunais Superiores, das Procuradorias, etc., necessárias para trazer a este poder a celeridade e a dinamização de que necessita, conforme determina o princípio da duração razoável do processo (art. 5°, LXXVIII, CF).

Outro fator ressaltado na nota também é o de que o Brasil ser ainda um país de instituições novas, as quais, em especial as instituições jurídicas, precisam, para sua natural evolução, também, de constante evolução do pensamento de seus integrantes. "A proposta contraria a reiterada posição do Parlamento no sentido da necessidade de renovação dos quadros do Judiciário e do Ministério Público como forma de legitimar o exercício de suas funções, em consonância com o sistema republicano", finaliza o texto.

35 ANOS
ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

facebook: AnptBrasil

SBS Quadra 2 - Bloco "S" - Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1108 - 11º andar
Brasília/DF - CEP: 70070-904 - Fone:(61) 3325.7570
e-mail: anpt@anpt.org.br
www.anpt.org.br